

ATA NÚMERO 134/XII/2ª SL

18.junho.2013 – 10h00

Aos 18 dias do mês de junho de 2013, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, na sala 3, do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação de atas

3. Comunicações do Presidente

4. Audiência com uma delegação parlamentar da Assembleia Nacional de S. Tomé e Príncipe

5. Audiência à Professora Doutora Ana Maria Bettencourt, para apresentação do balanço final da atividade desenvolvida pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) durante o período em foi Presidente do mesmo – 10h30

6. Projeto de Lei n.º 414/XII – Cria o Arquivo Sonoro Nacional (PCP)

- **Apreciação do parecer**
- **Deputado autor do parecer:** Maria da Conceição Pereira - PSD

7. Projeto de Resolução n.º 751/XII – (BE) Recomenda ao Governo que garanta as necessidades permanentes de professores nos estabelecimentos públicos de ensino artístico especializado da música e da dança.

- **Apresentação pelo autor da iniciativa**

8. Outros assuntos

9. Data da próxima reunião

Dia. 19.junho.2013 -14h30

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A proposta de Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência da deputada do PEV.

2. Aprovação de atas

As atas das reuniões anteriores foram aprovadas por unanimidade dos deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência da deputada do PEV.

3. Comunicações do Presidente

3.1. O Presidente da Comissão informou que baixou novamente à Comissão o [Projeto de Lei n.º 228/XII/1.ª – Regime Jurídico da Partilha de Dados Informáticos](#), do PCP, por um período de 60 dias, sem ter tido votação no Plenário. Dado que não se encontrava presente o deputado Miguel Tiago (PCP), foi deliberado adiar para a semana seguinte a decisão sobre os procedimentos e a tramitação a adotar em relação à iniciativa em causa.

3.2. Solicitou, depois, que os coordenadores dos Grupos de Trabalhos e os Relatores apresentem até 30 de junho os relatórios de atividades da 2.ª Sessão. E pediu ainda, que de seguida apresentem os planos de atividades para 3.ª sessão, para se elaborar o orçamento da Comissão com base nos mesmos, e se submeterem estes documentos à apreciação da Presidente da Assembleia da República.

O deputado Carlos Enes (PS), coordenador do Grupo de Trabalho do Acordo Ortográfico, informou que o mesmo efetuou várias audições e audiências e tinha uma reunião agendada para o dia seguinte para avaliação do trabalho desenvolvido pelo mesmo e preparação do respetivo relatório final, tendo perguntado se o prazo de apresentação do relatório do Grupo de Trabalho podia ser alargado. O Presidente da Comissão disponibilizou-se para o alargamento do prazo, a equacionar em face de uma proposta de nova data.

3.3. O Presidente da Comissão deu conta da distribuição dos relatórios das audiências à Associação Portuguesa de Psicomotricidade, pelo Grupo de Trabalho de Educação Especial e às Associações de Professores de Matemática e de Informática, pelo Grupo de Trabalho dos Currículos. A deputada Isilda Aguincha (PSD) identificou um erro no relatório da Associação de Professores de Informática, pelo que o mesmo ficou para confirmação, tendo sido distribuído posteriormente na versão correta.

3.4. O Presidente informou que na [Petição 259/XII/2.ª](#), Pela desvinculação do Acordo Ortográfico, foi adotado o procedimento habitual de se indicarem aos peticionários as entidades a quem se solicitou pronúncia sobre a petição e se informar que podiam indicar outras entidades para o mesmo efeito, tendo aqueles remetido uma extensa lista de pessoas, para se fazer a sua audição.

Analisada a questão, foi deliberado pedir às pessoas em causa que se pronunciem por escrito em relação à petição, como é habitual nestes casos. Por outro lado, tendo ainda os peticionários proposto que a sua audição seja desdobrada em duas, para análise separada das questões jurídicas e das restantes, foi deliberado fazer uma audição única, nos termos habituais para as audições de peticionários.

Tendo sido recebido o parecer solicitado à 1.^a Comissão sobre as questões de constitucionalidade invocadas na petição, foi deliberado disponibilizá-lo já no processo da petição e dar conhecimento do mesmo aos peticionários. Foi também informado que ainda não foram recebidas pronúncias sobre a petição das entidades a quem foram solicitadas, tendo-se informado que se vai fazer uma insistência.

Por último, o Presidente informou que se vai agendar a audição dos peticionários, dentro das disponibilidades da Comissão.

3.5. Lembrou ainda que no dia seguinte teria lugar a visita à SP Televisão, tendo indicado o programa da mesma e a composição da delegação de deputados que participaria.

4. Audiência com uma delegação parlamentar da Assembleia Nacional de S. Tomé e Príncipe

O Presidente da Comissão apresentou a delegação do parlamento de S. Tomé e Príncipe, constituída pelos deputados da Comissão de Assuntos Sociais Filomena D'Alva (Vice-Presidente), Maria Edite Pinto (Vice-Presidente) e Deolindo Mata (membro da Comissão), que eram acompanhados pelo técnico Nelson Lopes, tendo-lhe dado as boas-vindas.

Interveio depois a deputada Filomena D'Alva, indicando que é médica e Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, a qual tem competências nas áreas da Educação, Saúde e Trabalho, correspondente às 3 Comissões da Assembleia da República que tratam as matérias correspondentes. Salientou a importância do contacto e da troca de experiências com as Comissões da Assembleia da República e referiu que a legislatura em S. Tomé e Príncipe termina no próximo ano e seria mais produtivo que esta vinda ao parlamento português tivesse ocorrido no início da legislatura. De qualquer forma, agradeceu e transmitiu um abraço caloroso a Portugal.

A deputada Maria Edite Pinto, também Vice-Presidente da referida Comissão, referiu que é professora, tendo iniciado a docência no 1.^o ciclo e foi-se valorizando profissionalmente, sendo atualmente professora do ensino politécnico. Realçou que Portugal é como uma 2.^a pátria.

O deputado Deolindo Mata (membro da Comissão) informou que é técnico do Ministério do Trabalho de S. Tomé e Príncipe e Secretário da Comissão de Assuntos Sociais.

O Presidente da Comissão apresentou o deputado Amadeu Albergaria, coordenador do PSD, referindo que se trata do partido mais votado. Este deputado indicou que a Comissão dispõe de competências nas matérias da Educação, Ciência, Cultura, Desporto e Juventude e tem uma representatividade dos Grupos Parlamentares proporcional à do Plenário da Assembleia da República. Informou que a Comissão tem reuniões semanais e faz 4 audições por sessão legislativa de cada um dos membros do Governo respetivos. Questionou depois quais os principais desafios da Educação em S. Tomé e Príncipe.

O Presidente da Comissão apresentou depois o deputado Acácio Pinto, do PS, 2.^o partido mais votado e Vice-Presidente da Comissão. Este deputado saudou a delegação, referiu que é membro do Grupo de Amizade com S. Tomé e Príncipe e realçou o trabalho de proximidade com os parlamentos dos países de Língua Portuguesa e nomeadamente com o deste país.

O Presidente apresentou de seguida o deputado Michael Seufert, do CDS-PP, 3.º partido mais votado. Este deputado realçou a amplitude das matérias da Comissão de Assuntos Sociais e a importância de se conhecerem formas diferentes de fazer política. Salientou ainda a união da língua e da história dos 2 países e colocou-se ao dispor para quaisquer contactos que entendessem.

O Presidente apresentou de seguida a deputada Rita Rato, do PCP, 4.º partido mais votado. Esta deputada realçou a importância da partilha de experiências e práticas e realçou depois que a Comissão acompanha a Educação e agora o alargamento da escolaridade para 12 anos. Referiu as dificuldades atuais, nomeadamente financeiras, por exemplo a nível da educação superior.

Referiu depois a existência de vários Grupos de Trabalho, constituídos por um deputado de cada Grupo Parlamentar, tendo indicado, nomeadamente, os dos Currículos, do Ensino Especial, do Parlamento dos Jovens e do Desporto. Salientou que cada país tem soluções diversas. Informou que defendem que o mandato de deputado seja exercido em regime de exclusividade, entendendo que é difícil conciliar as atividades profissionais com o mandato. Por último, desejou bom trabalho à delegação.

O Presidente apresentou de seguida o deputado Luís Fazenda, do BE, 5.º partido mais votado. Este deputado saudou a delegação e manifestou admiração pelo trabalho que desenvolvem e pela amplitude de matérias. Referiu depois a aplicação do Acordo Ortográfico e questionou quais as políticas seguidas no âmbito da Juventude.

A deputada Filomena D'Alva indicou como desafios da Educação em S. Tomé e Príncipe a reforma da Educação, desde o ensino básico até à Universidade, referiu um Projeto Saúde para Todos e salientou o alargamento dos exames nos vários ciclos e anos. Salientou ainda a formação de professores, indicando que muitos não têm a formação adequada.

A deputada Maria Edite Pinto referiu que muitas pessoas dão aulas após o 12.º ano, salientou que muitas crianças passam de classe sem saber escrever e informou que o Ministro está a fazer uma reforma para aumentar a exigência, referindo o Projeto Escola Mais. Em relação ao ensino superior, referiu a existência de 3 estabelecimentos, a saber, a Universidade Lusíada, um Instituto Público e o Instituto de Informática, salientando que anteriormente todos os estudantes, após o 12.º ano, tinham de ir para o estrangeiro. Realçou ainda que os jovens representam 80% da população e há muitas dificuldades de emprego para os mesmos e muita insatisfação em relação a essa questão, referindo que a falta de emprego é o maior problema da juventude.

A gravação da reunião encontra-se disponível na [página da Comissão, na Internet](#).

5. Audiência à Professora Doutora Ana Maria Bettencourt, para apresentação do balanço final da atividade desenvolvida pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) durante o período em que foi Presidente do mesmo – 10h30

O Presidente da Comissão deu as boas vindas à Presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE), apresentou-a à delegação de S. Tomé e Príncipe e indicou que aquele Conselho é um órgão de consulta do Governo, de maturação dos problemas da Educação, com mandato de 4 anos, que termina agora, tendo a respetiva Presidente tomado a iniciativa de vir apresentar o balanço da atividade desenvolvida no mesmo. Referiu, ainda, que o Conselho todos os anos elabora um relatório sobre o Estado da Educação, com vários indicadores.

A Presidente do CNE, Professora Ana Maria Bettencourt, salientou que foi uma honra ser Presidente da instituição e referiu que o trabalho da mesma é um trabalho coletivo, de conselheiros, assessores e de toda a equipa.

Em seguida, apresentou uma reflexão sobre a diversidade da composição do CNE e a riqueza que tal representa, salientando a existência de uma “conflitualidade tranquila” (citação de um parecer do CNE de Outubro de 2006 sobre a missão do CNE, da autoria dos conselheiros Adriano Moreira, Amílcar Arantes, Jacinto Jorge Carvalhal e Rui Alarcão e Silva), com que se consegue, com muita frequência, chegar a consenso. Ressalvou que, ao longo dos quatro anos em que presidiu ao Conselho, se empenhou para que os trabalhos realizados permitissem um adequado acompanhamento das políticas e conduzissem a propostas para a melhoria da qualidade e da equidade na educação e no ensino superior, salientando que, quando se candidatou ao cargo, tornou públicas algumas das causas que defende, nomeadamente a luta pela melhoria da qualidade da educação e contra a exclusão.

Em seguida, resumiu os quatro pontos que viria a desenvolver, sendo o primeiro sobre o modo como funcionou o Conselho e a sua ligação à Assembleia da República (AR); o segundo sobre as atividades do Conselho Nacional de Educação no período de 2009-2013; o terceiro sobre algumas preocupações de política educativa e, por fim, o quarto que incidirá sobre as preocupações/desafios relacionados com a constituição e o funcionamento do CNE.

No que concerne ao primeiro, salientou que a ligação do CNE à Assembleia da República (AR) é um fator de independência, sendo que sempre atribuiu a maior relevância a esta ligação. Depois, assinalou os pareceres dados a pedido desta, a saber, os pareceres sobre o empréstimo de manuais escolares e sobre o financiamento do ensino particular e cooperativo. Referiu depois a apresentação na AR das três edições do relatório *Estado da Educação* e a realização de duas conferências em conjunto com a mesma. Agradeceu ainda a representação dos grupos parlamentares nas comemorações dos 25 anos do CNE.

Considerou a construção de consensos, a concertação educativa e o equilíbrio entre estudos e a opinião dos membros do CNE e dos agentes e intervenientes na educação, aspetos essenciais à sustentabilidade das políticas educativas.

Relativamente ao segundo ponto, indicou que o CNE dá pareceres quando lhe são pedidos, nomeadamente pela AR, pelo Governo (pelo Ministério da Educação e outros Ministérios) e faz recomendações usando o direito de iniciativa próprio. Salientou que a educação é transversal e tem ligação com vários ministérios. Deu nota das recomendações e pareceres, apresentando um *Power-point* sobre as realizações do CNE, disponível na [página da Comissão, na Internet](#).

Continuando a seguir o *Power-point*, referiu ainda a realização de vários seminários, realçando aqueles em que se debateu a questão dos consórcios e das fusões no Ensino Superior, numa perspetiva internacional e nacional. Nestes debates analisou-se a situação das instituições portuguesas e constatou-se que havia já um conjunto de instituições que celebrara consórcios e duas universidades que estavam a proceder a uma fusão. A avaliação do sistema educativo e das escolas foram temas amplamente debatidos em seminários do Conselho. Neste plano, salientou a defesa da introdução do conceito de valor acrescentado no processo de avaliação externa das escolas o qual permite valorizar de modo mais adequado o trabalho realizado em escolas situadas em meios sensíveis.

Depois, indicou as publicações efetuadas, aquelas que estão em preparação e a elaboração do Boletim E-CNE. Esta publicação, que pode ser encontrada no [sítio do CNE](#), dá nota das grandes preocupações do Conselho e das temáticas debatidas nos seminários.

Salientou como muito gratificante, durante os 4 anos, as visitas a escolas e autarquias. Referiu que a perplexidade suscitada pelos resultados obtidos por algumas escolas no último *Estado da Educação*, a levou a visitar algumas destas que, apesar de terem uma composição social muito débil, conseguiram ultrapassar as suas limitações obtendo resultados acima da média, indicando que essas escolas se situam sobretudo no Norte e no Centro do país. Posteriormente, referiu a necessidade de se proceder a interpretações cautelosas do fenómeno, sendo essencial analisar resultados de mais de um ano. Indicou como uma das hipóteses explicativas o facto de se tratar de escolas que se situam em contextos sociais menos complexos do que os que existem nas periferias das grandes cidades e terem menos densidade populacional, tendo verificado a existência de práticas assentes em muita planificação e numa grande diversidade de estratégias de apoio e intervenção aos primeiros sinais de dificuldade.

Relativamente ao terceiro ponto (preocupações com as políticas educativas), referiu quatro aspetos:

- a preocupação com o insucesso escolar, salientando que tem havido melhorias, mas que persistem os problemas. Informou existir, neste plano, um problema de eficácia do sistema, que importa resolver para a concretização de uma efetiva escolaridade obrigatória de 12 anos, sendo decisivos os apoios e a capacidade das escolas poderem intervir ao primeiro sinal de dificuldade;
- a necessidade da valorização profissional dos professores, sendo que sem professores motivados é difícil atingir as metas a que se propuseram;
- a importância do currículo e da sua estabilidade, referindo a importância da base científica e da independência dos estudos sobre o currículo. Mencionou que lamenta o desaparecimento da Educação Cívica como área autónoma do currículo nacional;
- a preocupação com a Educação de Adultos, defendendo que a crise deveria constituir uma oportunidade para a promover;

Quanto ao último ponto indicou, em primeiro lugar, os 25 anos do CNE como momento de balanço e defendeu a importância das ligações institucionais a outros ministérios, além do Ministério da Educação e Ciência, salientando que o CNE é um órgão de consulta do Estado. Assim sendo, referiu que importaria clarificar esta questão, uma vez que na Lei Orgânica do CNE este surge como órgão que “funciona junto do Ministério da Educação”, o que induz a uma visão restritiva das suas funções.

Sustentou, em segundo lugar, que seria importante repensar o equilíbrio da composição do CNE, propondo a sua reponderação, na medida em que há várias áreas não representadas no Conselho, como sejam, o ensino especial e a educação de adultos, enquanto outras áreas têm uma alargada representação.

Em terceiro lugar, realçou ainda que a consulta ao CNE é facultativa em todas as áreas, propondo que se pondere a consulta obrigatória nalguns casos, dando como exemplo a Lei de Bases do Sistema Educativo e sugeriu que uma reforma do CNE deveria ter conta esta questão.

Equacionou em quarto lugar a obrigatoriedade da elaboração do Estado da Educação com periodicidade a definir. Mencionou a vantagem da produção de um documento deste tipo, que considera essencial à monitorização do sistema.

Fez ainda referência à importância da estabilidade da equipa do CNE e da sua assessoria.

Interveio, de seguida, o deputado Amadeu Albergaria (PSD), realçando a boa prática da Presidente do CNE, de apresentação do balanço da atividade do mesmo e os respetivos desafios. Realçou também a indicação da mesma no que se refere ao grande debate e à concertação conseguida. Defendeu que o sucesso do país depende do sucesso da área educativa e manifestou concordância com a referida conflitualidade tranquila, até na política. Saliu a relevância dos documentos do Estado da Educação, atenta a sistematização de dados e a importância das reflexões que inclui. Realçou o facto de o CNE ser um verdadeiro órgão de concertação. Por último, agradeceu o trabalho desenvolvido.

A deputada Odete João (PS) cumprimentou a Presidente do CNE e agradeceu a iniciativa de prestação de contas, realçando que a mesma dignifica a AR e o CNE. Deu-lhe depois os parabéns pelo trabalho desenvolvido e pelo reforço de autonomia, independência e imparcialidade do Conselho, referindo que este órgão é uma referência para todo o setor da educação.

Referiu depois as recomendações do CNE e o facto de terem sido postas em causa pelo Ministro da Educação e Ciência. Indicou as medidas respeitantes ao término da Educação Cívica, à criação de mega agrupamentos, ao aumento do horário escolar e ao aumento do trabalho dos diretores. Tendo presente o Estado da Educação 2012, realçou que em tempo de crise, a educação deve ser vista como um elemento fundamental de qualificação. Manifestou uma grande preocupação do PS pelo facto de não haver estabilidade política em matéria de educação.

Referiu-se ainda à composição do CNE, aludindo o desafio de se ponderar uma organização diferente, com base numa visão de conjunto, analisando-se as áreas sobre representadas e outras sub-representadas. Por último deu os parabéns pelo trabalho da Presidente do CNE e de todos os seus membros e assessores.

A deputada Ana Catarina Mendes (PS) relevou a atividade política de Ana Maria Bettencourt, a relevância da sua prestação de contas e a importância da sua atividade no âmbito da Educação de Adultos e no combate ao insucesso escolar. Saliu que o testemunho destes 4 anos responsabiliza a AR e o CNE e apresentou um testemunho de reconhecimento pessoal e político.

O Presidente da Comissão deu depois a palavra aos membros da delegação de S. Tomé e Príncipe, tendo a deputada Filomena D'Alva referido a relevância da prestação de contas e referenciado o CNE como uma experiência importante, que vão levar e relevar.

O Presidente referiu depois que a construção de consensos na educação é muito importante e o CNE é relevante nesse âmbito. Saliu que as políticas têm um tempo de maturação, nomeadamente uma década. Considerou como bem-vindas as sugestões de reforma do CNE. Referiu que a estatística é um instrumento indispensável e o Estado da Educação deve ter continuidade, talvez não anual, matéria a ser objeto de reponderação.

Em resposta, a Presidente do CNE referiu que já questionaram a periodicidade, anual ou bianual do Estado da Educação, assinalando que o mesmo tem permitido a sistematização da aplicação das Recomendações e indicando que se inspiraram no trabalho do Conselho de Educação espanhol, que produz um relatório anual obrigatório. Aventou a hipótese de trabalharem de forma anual mais reduzida e numa forma mais extensa bianual.

Agradeceu depois as várias palavras de parabéns. Salientou que os pareceres do CNE têm sido independentes, referindo como exemplos o caso do parecer crítico ao término da Área de Projeto e da Educação para a Cidadania, decididos por governos diferentes.

A propósito da questão dos consensos e da “conflitualidade tranquila”, salientou que nem sempre os documentos são aprovados por unanimidade, mas que há sempre um esforço de diálogo e de estabelecimento de consensos. Realçou que há necessidade de compromissos em relação à educação.

Manifestou ainda a preocupação do CNE com a educação, que considera garantia de futuro e considerando que deve ser prosseguido o esforço realizado, apesar das posições da Troika. Por último, salientou que prestar contas faz parte da sua postura.

A terminar, o Presidente da Comissão agradeceu a prestação de contas, realçando que a mesma foi da iniciativa da Presidente do CNE e referiu que a ata da reunião será remetida ao CNE e aos líderes parlamentares.

A gravação da reunião e a apresentação feita encontram-se disponíveis na [página da Comissão, na Internet](#).

6. Projeto de Lei n.º 414/XII – Cria o Arquivo Sonoro Nacional (PCP)

O parecer foi apresentado pela sua autora, deputada Maria da Conceição Pereira (PSD), tendo depois sido aprovado por unanimidade dos deputados do PSD, PS, CDS-PP, PCP e do BE, registando-se a ausência da deputada do PEV.

7. Projeto de Resolução n.º 751/XII – (BE) Recomenda ao Governo que garanta as necessidades permanentes de professores nos estabelecimentos públicos de ensino artístico especializado da música e da dança.

Adiado para uma próxima reunião.

8. Outros assuntos

O Presidente informou que foi recebido um pedido conjunto de audiência urgente do Sindicato do Ensino Superior e da FENPROF sobre matérias do ensino superior e ciência, pelo que o mesmo será agendado com celeridade, de harmonia com as disponibilidades da Comissão.

Lembrou ainda a reunião do dia seguinte, às 14h30, para apreciação da redação final da PPL 137/XII, que procede à segunda alteração à Lei n.º 39/2009, de 30 de julho, que estabelece o regime jurídico do combate à violência, ao racismo, à xenofobia e à intolerância nos espetáculos desportivos, de forma a possibilitar a realização dos mesmos com segurança.

9. Data da próxima reunião

Dia. 19.junho.2013 – 14h30



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

A reunião foi encerrada às 12:30 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 18 de junho 2013

O PRESIDENTE

(Ribeiro e Castro)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Acácio Pinto
Amadeu Soares Albergaria
Carlos Enes
Inês de Medeiros
Isidro Araújo
Isilda Aguincha
José Ribeiro e Castro
Luís Fazenda
Margarida Almeida
Maria Conceição Pereira
Maria José Castelo Branco
Michael Seufert
Nilza de Sena
Odete João
Paulo Cavaleiro
Pedro Delgado Alves
Pedro Pimpão
Rui Jorge Santos
Rui Pedro Duarte
Ana Catarina Mendonça Mendes
Ana Oliveira
Emília Santos
Hugo Lopes Soares
João Prata
Maria Manuela Tender
Pedro Lynce
Rita Rato
Rosa Arezes

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Heloísa Apolónia

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ana Sofia Bettencourt
Duarte Marques
Miguel Tiago